

A diplomacia e a inflação

Antônio Alves de Almeida

A saída de Zélia Cardoso de Mello do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e sua substituição por um diplomata, economista e experiente homem público, inclusive no campo empresarial, como ex-vice-presidente de um banco, deixa aos brasileiros a sensação de que muita coisa poderá mudar.

A dúvida que envolve a todos é se a mudança será para melhor ou para pior.

Todos têm consciência de que nos últimos anos do governo do presidente José Sarney, que tinha como ministro da Fazenda sr. Mailson da Nóbrega, agia-se não só com o diálogo como com a diplomacia, tanto no setor interno como no externo; isso, porém, não evitou que o País chegasse quase à insolvência, com uma inflação nos dois últimos meses de governo de quase cem por cento ao mês. Tão triste realidade levou o atual presidente Fernando Collor, a instituir uma política de pós-guerra, retirando do mercado o dinheiro existente, com o chamado bloqueio de cruzados novos e tabelando preços e serviços. Com essas medidas a inflação já no terceiro mês de seu governo chegou a menos de oito por cento graças ao

trabalho pertinaz, às decisões inflexíveis e à firmeza de propósitos adotados pela ministra Zélia Cardoso de Mello e sua equipe que, por isso, impuseram respeito e certa ordem na economia.

Entusiasmado, o Presidente com o resultado obtido, ele, que sempre teve pré-disposição liberal, resolveu confiar em todos e acabar com a intervenção do Estado no setor privado do País, certo de que daí para frente, com essa total liberdade reclamada pelas empresas, a economia se tornaria estável.

Em poucos meses, porém, o governo foi decepcionado com a elevação dos preços a pretexto de cobrir defasagens que nunca tinham fim, voltando a inflação em pouco tempo, para mais de 20 por cento ao mês.

Daí é que, seguindo, naturalmente, a orientação do Presidente, a sisuda ministra foi obrigada a mais uma vez controlar os preços para deter a inflação.

Tais fatos nos mostram o quanto será difícil levar a economia brasileira à verdadeira estabilidade por intermédio da diplomacia.

É bem verdade que o empresário brasileiro sempre tem como argumento ser o governo o primeiro a provocar a inflação com o aumento

dos preços nas tarifas e serviços públicos por ele prestados, com emissões desnecessárias e debilidade na cobrança dos impostos que são devidos ao Estado.

É aí que reside a nossa esperança. Onde o diálogo e a diplomacia possam, juntos, convencer empresários e governo a se entenderem melhor e firmarem compromisso perante o povo e a Nação de levar o Brasil a uma economia estável, onde se faça da produção o verdadeiro lucro e este reflita a real modernidade, conduzindo o País à verdadeira prosperidade.

Apesar de nossas preocupações com a mudança processada, tudo será possível dados os amplos conhecimentos que possui o novo ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, a exemplo do que fez o atual deputado Roberto Campos quando ministro do Planejamento no governo do presidente Humberto de Alencar Castello Branco. Pelo diálogo e pela ação do Conselho Consultivo do Planejamento, por ele criado, deu rumo à economia brasileira preparando a Nação para o seu desenvolvimento.

■ Antônio Alves de Almeida é ministro aposentado do TST e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC)